

O DEBATE NA HISTORIOGRAFIA MARXISTA BRASILEIRA SOBRE TRABALHADORES RURAIS NO SÉCULO XX

Manoela Pedroza¹

RESUMO: Sabendo que foi dentro da corrente marxista que se processou a maior parte das discussões teóricas e políticas sobre o “problema do campesinato” em países capitalistas, com grande influência na academia brasileira, o objetivo deste artigo é analisar a forma com que o campesinato e a questão agrária se estruturaram como objetos de estudo para as ciências humanas no século XX, a partir da aceitação ou rejeição das teses de Karl Marx e das transformações econômicas e sociais ocorridas, sobretudo, fora do mundo acadêmico. Optou-se pela análise dentro do campo da historiografia marxista brasileira, entre as décadas de 1930 e 1980, tentando entender os motivos pelos quais esta área do conhecimento não incorporou as discussões e novos conceitos sobre a ‘questão camponesa’ que estavam sendo formulados em outros campos.

PALAVRAS-CHAVE: campesinato, questão agrária, debates.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the form that the “peasantry” and agrarian question have rendered itself as objects of study for humans sciences in the XX century, with point of start: the accept or rejection of the Karl Marx’s thesis and the economic and social transformations that occurred over all outside of the academic world. The option was made for the analysis over all inside the Marxism field, not forgetting that in this tendency that the majority of the theoretical and politic discussions were made and it was the most important influence for the debates in the Brazilian academic.

KEYWORDS: peasantry, agrarian question, debates.

Introdução: Capitalismo no campo: um tabu para a historiografia?

Os pesquisadores de história agrária brasileira, ou das histórias dos homens e mulheres que viveram de seu trabalho no campo, têm uma série de dificuldades que já foram muito lamentadas: o difícil acesso às fontes documentais, a descentralização e desorganização dos arquivos, os diversos interesses políticos e econômicos contrários à que se mexa nesse assunto, entre outros. Mas, ainda há um outro tipo de problema, ligado aos campos disciplinares e seus respectivos

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Email: manoelap@gmail.com.br.

instrumentais teóricos e metodológicos que lidam com este objeto, que conformaram atualmente a situação de que quase não há trabalhos de História sobre este grupo social, ao passo que eles abundam em outras disciplinas, como a Sociologia, a Economia, a Geografia e a Antropologia.

Trabalhos sobre 'universo rural' ou 'mundo do trabalho agrícola' na Grécia antiga, na França medieval, nos impérios asiáticos, entre outros exemplos, são numerosos e muito ricos em suas análises (CARDOSO, BOUZON & TUNES, 1990; CARDOSO, 1985; 1994; DUBY, 1962). O problema se coloca quando lidamos com estes grupos de trabalhadores na história contemporânea, sobretudo no século XX. Explicando com outras palavras, a questão que se tornou tabu é a relação destes grupos de trabalhadores/as com o desenvolvimento industrial e a conseqüente penetração capitalista no campo, processos marcantes em nosso país após 1930.

Mais do que um fato consumado que deva ser lamentado como leite derramado, vou encarar estas opções acadêmicas de recortes temporais e temáticos como históricas, frutos de dois outros processos: primeiro, o papel político que foi sendo atribuído aos camponeses desde os primeiros escritos de Marx até a década de 1970; segundo, as sucessivas clivagens e o enrijecimento das ossaturas dos campos acadêmicos nas áreas das ciências humanas. Minha hipótese é que a compreensão ampla destas relações entre campos acadêmico e político - por vezes negligenciada - é o que pode tornar inteligível este dar de ombros da historiografia do mundo do trabalho em relação ao trabalhadores e trabalhadoras do campo. Por isso, o objetivo deste artigo é sondar as causas do silenciamento da historiografia no debate a respeito de grupos camponeses no século XX.

Parte 1: estudos sobre campesinato

O primeiro pesquisador contemporâneo que se debruçou sobre o problema da relação difícil entre campesinato e capitalismo se situava na fronteira entre a história e a sociologia: Karl Marx. Ele nos legou um vasto campo conceitual utilizado pelas ciências humanas até nossos dias para análise e explicação do problema (MARX, 1991)². Sobre a relação entre o camponês e o capitalismo, a que chamou de *questão camponesa*, a conclusão que Marx expressa no *18 brumário* é de que

² Max Weber também travou uma discussão a respeito da especificidade ou não da economia da Grécia Antiga, que em certo sentido pode ser considerada camponesa. Cf WEBER, Max. *General Economic History*. New York. Colliers. 1961. Para uma revisão deste debate sobre o Oikos ver POLANYI et al. *Trade and Market in the early empires*. New York. The Free Press. 1957.

"Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo (...) a grande massa da nação francesa é assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas (...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria organização política, nessa exata medida não constituem uma classe" (MARX, 1969: 115).

Neste trecho, conhecido como 'metáfora do saco de batatas', Marx utilizou os conceitos de *classe social*, *relações sociais*, *organização política e modo de produção* (já aplicados na análise do sistema capitalista) ao estudo do caso específico do campesinato francês na segunda metade do século XIX. Ao fazer isso ele tinha duas intenções distintas: por um lado tentava investigar teoricamente um grupo social não capitalista com um instrumental cunhado para análise do capitalismo, mas também intervir politicamente na luta social perdida pelo proletariado francês com o golpe de Luiz Bonaparte.

O uso desse instrumental levou Marx a duas conclusões na análise do campesinato: a primeira é que, enquanto a estrutura capitalista -- as condições de exploração fabris, as tensões entre trabalho social e apropriação privada, a vivência coletiva da exploração -- possibilitaria ao proletariado forjar sua consciência de *classe para si* e, ao final, acumular forças para derrubar esta mesma estrutura e implantar o socialismo; no universo rural tradicional a estrutura social fazia o trabalho contrário: isolava os camponeses, criando neles o senso de manutenção de suas pequenas propriedades ao invés do sentimento de ação coletiva revolucionária.

A segunda tese, decorrente da primeira, era que os camponeses existiriam como vestígios do passado feudal, sem papel funcional no momento em que viviam. Em sua visão evolutiva das relações sociais, o camponês tradicional para Marx seria parte de um passado pré-capitalista, cujo sentido histórico só poderia ser o desaparecimento no novo sistema que se afigurava. Isso porque a totalidade do sistema capitalista não seria baseada no modo de produção camponês, isto é, ele não seria uma relação social determinante para seu desenvolvimento. O capitalismo então se relacionaria com o campesinato apenas como contingência histórica a ser paulatinamente eliminada pela diferenciação social dos camponeses em proprietários ou proletários

rurais. Neste sentido, a estrutura capitalista que Marx propôs se desenvolveria, inexoravelmente, engolindo as relações de produção tradicionais, num processo de expansão que chegaria a ser total (em profundidade) e global (em extensão).

Esta ficou sendo a mais lembrada posição de Marx a respeito do campesinato, embora não seja a única. Essa é a idéia básica do paradigma marxista sobre a questão agrária, e daí se inicia uma série de estudos que, de maneira valorativamente negativa, caracterizaram a estrutura social do modo de vida camponês como contendo uma série de características específicas que impediriam ou dificultariam sua ação coletiva.³ Essa linha de pensamento pode ser verificada sobretudo nos textos de Karl Kautsky (1980) e de Vladimir Lênin (1982), seus seguidores.

Karl Kautsky era ativista e pensador influente do Partido Social Democrata Alemão. Ele defendeu que os camponeses eram burgueses por serem proprietários, e a pequena propriedade camponesa deveria ser aniquilada pelo capitalismo pelo seu atraso técnico, cunhando os termos "industrialização da agricultura" e "lei tendencial de concentração da propriedade" (Kautsky, 1980). Para Kautsky "a expropriação do pequeno produtor e a sua transformação em trabalhador rural assalariado seria, portanto, não apenas um processo inevitável - decorrência necessária do desenvolvimento do capitalismo no campo - como também positivo" (Araújo, 2002:66). Ele elaborou, desdobrou e generalizou o exemplo inglês de Marx para produção industrial n'O Capital, vol. I parte 8 (Shanin, 1980; Araújo, 2002; Hegedüs, 1984).

Depois dele, Lênin vaticinou a aldeia camponesa russa -- o *mir* -- como um resquício da sociedade feudal que devia ser totalmente destruído e dar lugar ao capitalismo agrário⁴. Debatendo diretamente

³ Michael Duggett, baseando-se sobretudo nos Grundrisse [MARX, 1991] matiza a forma taxativa exposta em Marx dizendo que se deve considerar a dificuldade teórica deste em conceituar o campesinato como classe ou não a partir de um instrumental que se aplicava bem para o proletariado urbano e para os clubes da burguesia, mas não para camponeses dispersos em um vasto país. A essa busca por rigor teórico e intervenção política atravessa toda a produção teórica marxiana sobre o campesinato, mas não foi concluída a ponto de ter sido possível, após sua morte, que diversos intelectuais no campo do marxismo formulassem conclusões ou opiniões distintas a respeito dos mesmos textos (DUGGETT, 1976).

⁴ LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo agrário na Rússia*, original de 1899. O *mir* russo funcionava como controlador e distribuidor de terras segundo critérios costumeiros que não obedeciam ao código civil russo. Ao analisar a situação em que as famílias camponesas mais ricas eram beneficiadas na distribuição das terras porque com frequência agregavam novos membros, Lênin concluiu que essa situação estaria contribuindo para a diferenciação social e a criação de classes sociais antagônicas no meio rural russo (Moura, 1986). Segundo Hamza Alavi, foi por esse motivo que, mesmo mudando suas táticas políticas em 1905, os bolcheviques jamais chegaram a conseguir uma base sólida junto ao campesinato russo (Alavi, 1969: 311). Sobre esse assunto ver também Hegedüs, 1984.

com os populistas russos, para ele o desenvolvimento do capitalismo no campo implicaria na extinção pela diferenciação social dos camponeses feudais em burguesia agrária, pequenos burgueses ou proletários rurais. Essa proposição poderia não ter tido tanta repercussão não fosse o sucesso político de Lênin após 1917. A partir daquele momento, suas teses tiveram decisiva influência nas posteriores gerações de marxistas no que concerne ao debate sobre camponato e capitalismo, e seus escritos dominaram as análises de sociedades camponesas na III Internacional e nos movimentos comunistas do Leste Europeu⁵ (Shanin, 1980:54; Hegedüs, 1984).

Essa concepção marxista dominante compreendia o desenvolvimento histórico em etapas: do feudalismo ao capitalismo e deste ao socialismo. A partir dela, o VI Congresso da III Internacional, realizado em 1928, determinou uma estratégia revolucionária a ser adotada por todos os países do terceiro mundo: a realização de uma revolução burguesa, nacional e democrática, de caráter anti-imperialista e anti-feudal, que primeiro alçaria esses países à condição de capitalistas para depois poderem, com suas massas proletárias no campo e na cidade, chegarem ao socialismo (Araújo, 2002). Veremos mais adiante a repercussão dessas políticas no Brasil.

Com raras exceções, as correntes marxistas hegemônicas neste campo político exacerbaram as interpretações que Marx fez sobre a França e a Inglaterra no século XIX para todo o mundo. A preocupação com a problemática da transformação capitalista no campo foi expressa em dois debates conceituais: a diferenciação do camponato e a especificidade ou não de um 'modo de produção camponês' (SHANIN, 1980: 53). Tudo isso a partir do critério de propriedade ou expropriação da terra como definidor dos grupos sociais camponeses, e as possibilidades de sua organização política mecanicamente decorrentes.

É claro que isso não aconteceu sem matizes nem contradições. Porque o significado político do conceito camponês garantiu uma periodicidade em seu próprio uso, sempre refletindo a história social em sentido amplo, mas, também, uma dinâmica específica do pensamento acadêmico. A exemplo disso, podemos perceber que até o começo do século XX, na Europa do Leste, a sociologia rural e a economia agrária contribuíram enormemente para os trabalhos sobre a especificidade da economia camponesa. Como passavam por um momento de profundas mudanças econômicas (industrialização) e políticas (ascensão dos movimentos nacionalista, populista e socialista), o debate sobre o

⁵ Isso não quer dizer que a obra de Lênin não possa ter mudado no que trata do camponato. Mas essa discussão já foge dos objetivos deste capítulo. Para aprofundar as discussões, ver Shanin, 1980, parte 3.

conceito e repercussões do campesinato que se produziu neste período formou a maior parte do instrumental conceitual e ideológico relevante de que hoje dispomos, sendo bons exemplos os trabalhos de Galeski (1972) e Chayanov (1966).

Esta torrente de estudos foi interrompida nas décadas de 20 e 30 do século passado e passou por um longo silêncio forçado, provocado pela polarização ideológica, pela intensa vigilância na produção acadêmica do leste europeu e, posteriormente, nas décadas de 40 a 60, pelo auge das "teorias da modernização pós-coloniais" (SHANIN, 1973). O sentimento geral era de que o desenvolvimento e a modernização incessantes situavam os camponeses na jaula do rústico, do tradicional e da bruxaria, junto com tudo o que seria fatalmente relegado a segundo plano nas preocupações de quem era "progressista". Uma taxonomia básica de moderno/tradicional (com uma implícita suposição nós/eles) tornou os camponeses terminologicamente invisíveis, dentro do pacote geral dos "tradicionais" e outros exóticos, que ficavam a cargo dos estudos antropológicos (SHANIN, 1973: 72)

Na década de 60, quando houve uma sucessão de crises dos países pobres e da agricultura mundial, com o colapso das prescrições modernizantes simples e rápidas, a decisão da China de 'andar com os próprios pés' e a conseqüente descoberta de uma tenacidade camponesa (sobretudo depois que camponeses derrotaram a potência mais moderna do mundo no Vietnã), essa situação mudou. A análise apurada do conjunto destes fatos mostrou aos pesquisadores do tema que as profecias de fim do campesinato propaladas pelos clássicos de Marx (1991, 1969, 1968-1983, 1978), Lênin (1982) e Kautsky (1980) efetivamente não se realizaram. Mesmo nos países desenvolvidos o pequeno produtor não se tornou necessariamente miserável, nem se tornou proletário rural, e o progresso técnico não foi incompatível com a produção familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Se o camponês tornou-se um fascinante e problemático tema de estudo contemporâneo, foi exatamente porque os esquemas que o interpretavam como resíduo de uma formação social anterior, como resquício ou sobrevivência de épocas passadas, revelaram-se um instrumento analítico e conceitual inadequado à apreensão de sua condição social viva em tantas regiões agrárias (MOURA, 1986: 68).

Estes fatos históricos contundentes fizeram com que pesquisadores buscassem, a partir de então, encontrar ou cunhar outras maneiras de explicar a relação do capitalismo com o campesinato. Campos disciplinares distintos resgataram autores esquecidos e criaram um novo aparato conceitual para a análise dos camponeses no mundo.

Em benefício do próprio objeto de análise, vários aspectos da estrutura social camponesa foram enfocados: o geral e o específico, a escala nacional e o nível da unidade familiar de produção, entre outros. Para embasar esse esforço, vieram a tona as teses de Alexander Chayanov⁶ que, ainda na década de 1920, tivera a preocupação de melhor conhecer a lógica que presidia a tomada de decisão pelos agricultores russos, na URSS recém criada. Mas, essa retomada de interesse já não se processava no mesmo contexto de antes. Neste meio tempo, as estruturas acadêmica mundial e brasileira se segmentaram em campos com seus próprios objetos e métodos preferidos. “*O afastamento entre os campos disciplinares e sua falta de comunicação levou a várias 'redescobertas' de coisas que já eram conhecidas por outras disciplinas, além de várias formas de mútua ignorância e até hostilidade*” (ABRAMOVAY, 1992: 47). Penso que um desses casos se deu nos estudos sobre camponeses no Brasil. Vejamos mais a fundo as particularidades deste processo.

Parte 2: O debate sobre o campesinato no Brasil

No Brasil, a trajetória dos estudos sobre campesinato também se relacionou intimamente com os diferentes momentos e transformações da questão agrária e camponesa no país, daí a necessidade de reconstituir aqui o processo de conformação da questão agrária tanto no campo econômico e político quanto em suas decorrências no campo acadêmico brasileiro.

O conceito de camponês referia-se originalmente a um grupo social *bem localizado estrutural e historicamente*, [os camponeses feudais europeus] *não sendo criado pelos cientistas sociais, mas tendo sido apropriado por estes* (Velho, 1979:41). No Brasil, a situação do camponês não se equipara com o caso camponês clássico nem mesmo com outros países latino-americanos onde sobreviveram comunidades indígenas. A definição conceitual dos homens e mulheres que trabalham no campo brasileiro foi, portanto, fonte de polêmicas, geradora de muitos debates dentro e fora das ciências humanas.

Mesmo assim, nas décadas de 1930 e 40 não houve propriamente uma discussão nacional sobre a questão agrária. Isso porque o Estado, que se instaurava com o golpe de 1930, em grande parte pactuava com as oligarquias rurais, que mantinham seu velho estilo de produzir e

⁶ Alexander Chayanov, russo, foi professor e trabalhou no Instituto Agrário de Moscou ainda nos tempos do czar, sendo Ministro da Agricultura depois da revolução de 1917 e durante toda a década de 20, quando organizou cooperativas agrícolas de pequeno e médio porte na URSS. Terminou eliminado pelos expurgos de Stálin. Um balanço de sua biografia e pesquisas pode ser encontrado em Abramovay, 1998: cap 3, e Araújo, 2002, e na palestra proferida por Theodor Shanin em <http://www.msses.ru/shanin/chayanov.html>.

dominar. Se esse pacto, por um lado, não impediu que os capitais gerados no setor primário passassem a viabilizar o processo de industrialização crescente, fazendo com que esses antigos "donos" do Estado perdessem a partir de então sua posição dominante dentro desse aparelho, por outro condicionou essa subordinação geral do setor agrícola à não intervenção estatal direta sobre ele. Isso se materializou economicamente no assim chamado "complexo rural"⁷, que possibilitou a manutenção por mais algum tempo das formas de propriedade, poder e trabalho tradicionais (Oliveira, 1987; Martins, 1981; Facó, 1976; Leal, 1949; Medeiros, 2002).

Os estudos sobre homens e mulheres pobres das áreas rurais mudaram completamente seu teor a partir dos anos 50. Essa mudança teve relação direta com o afrouxamento da costumeira 'obrigatoriedade da não modernização' no campo brasileiro, que começava a ser posta em xeque nos anos do desenvolvimentismo. A crença geral de que o país alcançaria em pouco tempo o "primeiro mundo" se chocava frontalmente com a situação de "atraso" e "arcaísmo" na zona rural, para usar os termos da época. Assim, a partir desses anos, malgrado a vontade do setor latifundista mais conservador de que a questão agrária continuasse a não existir, crescia o debate sobre as possibilidades de transformações no universo rural, tanto da "esquerda-revolucionária" quanto do Estado. Ao mesmo tempo, esses anos presenciaram a progressiva publicização tanto a partir da identidade política de camponês quanto dos problemas que enfrentava, produto de um conjunto de lutas sociais por certos direitos trabalhistas, sociais e agrários dessa categoria que se firmava enquanto classe social (Medeiros, 2002).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1977) trabalha com a noção de identidade como um produto de lutas. Para ele, a representação que os grupos fazem de si mesmos e dos outros contribui, em grande parte, para fazer deles aquilo que eles são e o que fazem. Essa representação, por sua vez, não é um dado ou um simples reflexo, mas fruto de ações de construção que se realizam a cada momento, nas lutas entre os grupos para imporem a representação do mundo social mais de acordo com os seus interesses. Dessa forma, uma das facetas da dominação estaria, justamente, na imposição de uma representação do mundo social. Ela incidiria sobre a produção da identidade social do dominado. Os grupos dominados se constituem, assim, naquilo que

⁷ Por complexo rural entendemos um conjunto intrincado de atividades agrícolas e manufatureiras indissolvelmente ligadas e internalizadas nas fazendas, que reproduziam em nível local os setores agrícolas e manufatureiros que eram a base da economia colonial brasileira. Mais detalhes em Silva, 1996.

Bourdieu chama de uma “*classe-pour-autri*”, isto é, uma classe que conta com uma verdade objetiva de si mesma que não foi ela quem produziu. E de todos os grupos dominados, aquele onde isto se colocaria de forma mais evidente seria o campesinato (Grynspar, 1987:86). Entenderemos o processo de disputa entre mediadores políticos segundo a teoria de Pierre Bourdieu, que nos diz que as lutas travadas no campo político têm uma dupla determinação: ao mesmo tempo são lutas entre os seus agentes (os próprios mediadores) pelo poder, e são também lutas pelos grupos sociais que se encontram fora do campo.

Moacir Palmeira, antropólogo do Museu Nacional da UFRJ, em um texto e um artigo publicado na coletânea *Igreja e Questão Agrária* (Palmeira, 1985, 1975), se ocupou de duas questões: o porquê da diferença na periodização dos sindicatos de trabalhadores rurais em relação aos sindicatos urbanos no Brasil, e o papel da CONTAG e do sindicalismo rural na formação da identidade política camponesa. Privilegiando a análise de relações de poder, o autor defendeu que foi a diferenciação política do campesinato e a redefinição das relações entre este e o Estado que possibilitaram a “*internalização da luta de classes*”. Parte desse processo complexo se deveu à substituição de mediadores tradicionais por novos, capazes de introduzir novas diferenciações sociais no seio da comunidade camponesa tradicional. Por fim, a autor concluiu que foi a mobilização política que gerou o campesinato no Brasil como uma identidade política nova. Algumas das hipóteses sugeridas nesse pequeno artigo de Moacir Palmeira parecem ter suscitado uma série de novas questões para estudos posteriores, como demonstra sua constante citação.

É nesse ponto da conjuntura política e econômica brasileira, momento de intensas transformações, que se situam os debates sobre a “*questão camponesa*” dentro do Partido Comunista Brasileiro. Um dos primeiros pesquisadores comunistas a tentar definir a especificidade desse grupo social foi Caio Prado Jr., ainda na década de 1940, com a intenção de

“*dar à expressão campesinato um conteúdo concreto e capaz de delimitar uma realidade específica, dentro do quadro geral da economia agrária -- trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes -- proprietários, arrendatários, parceiros... -- exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhadores, a que propriamente se aplica e que se deve reservar a designação de camponeses, forma uma categoria econômica e social caracterizada e distinta dos trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem (...)* (PRADO JR., 1966, 204/5)”.

O primeiro aspecto bastante conhecido da atuação política de Caio Prado Jr foi a posição crítica assumida por esse intelectual comunista em relação à linha e às práticas do PCB, críticas que ficam evidentes sobretudo nos seus dois últimos textos publicados na *Revista Brasiliense* em 1963 e 1964⁸, o que acabou lhe conferindo uma imagem de “intelectual maldito”.

Dentre essas críticas, consagrou-se como mais importante a que considerava uma desatenção das “forças políticas de esquerda e progressistas” à luta pela ampliação da “legislação social-trabalhista para o campo”⁹, que seria para Caio Prado Júnior o caminho mais eficaz para a solução da *questão agrária* no Brasil, deixando claro seu desacordo com a tese dos “restos feudais”, sustentada oficialmente pelo PCB e por outras forças políticas “nacionalistas”. Para ele, somente uma interpretação amparada em modelos vindos de fora, aplicáveis às situações históricas verificadas na transição do modo de produção feudal para o capitalista na Europa, explicariam o estímulo dado pelas “forças de esquerda” às reivindicações tipicamente camponesas e a “subestimação” do potencial transformador da implantação de uma “legislação social-trabalhista” no campo.

Na visão de Caio Prado Júnior, a ênfase dada pelas “forças políticas de esquerda”, entre elas “os comunistas”, ao entendimento da reforma agrária como o parcelamento das grandes propriedades de terra era provocada por um grave erro teórico cometido por essas forças e seus intelectuais. Caio Prado Júnior interpretava os “acentuados traços servis” verificados nos “setores mais atrasados do país” como permanências do longo período de utilização da mão-de-obra escrava no Brasil¹⁰.

A negação da existência dos camponeses no Brasil por Caio Prado Júnior pode ser considerada um desenvolvimento de

⁸ É importante notar, porém, que em resenha do livro *Manual de Economia Política*, publicado pelo “Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS” (tradução espanhola), presente no n. 5 da *Revista Brasiliense* (maio-junho de 1956), Caio Prado Júnior já acusava a impropriedade do uso do “modelo colonial” que analisava a questão agrária brasileira em termos de “restos feudais”. No entanto, nesse texto de 1956, não apontaria com tanta veemência, como aconteceria nos artigos de 1963 e 1964, os erros políticos provocados ao se considerar a existência de um importante setor camponês no Brasil (FRIED DA SILVA, 2005).

⁹ Caio Prado Júnior, “O Estatuto do Trabalhador Rural”, *Revista Brasiliense*, n. 47, maio-junho de 1963, p. 1.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 12.

formulações anteriores nas quais defendeu que o Brasil seria capitalista desde a origem, premissa que fundamentou toda uma corrente de interpretação historiográfica que se consolidou a partir da Universidade de São Paulo (USP). A partir de uma visão *circulacionista*, todo um conjunto de pesquisadores concluiu que o Brasil participou de uma suposta fase comercial do capitalismo através de sua inserção no circuito mercantil formado no Atlântico com a expansão marítima européia iniciada na passagem do século XV para o XVI. Inserção com um papel bem definido, qual seja, o de fornecer matérias-primas produzidas em grandes propriedades monocultoras que se utilizavam largamente de mão-de-obra escrava.

Em linhas gerais, Caio Prado Júnior lançou as bases desse modelo interpretativo no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*. No texto “O sentido da colonização”, o autor apontava os “objetivos” que, na sua opinião, nortearam a montagem da colônia portuguesa na América, isto é, servir como espaço de exploração. Podemos perceber ainda hoje uma relativa influência da tese do “capitalismo desde a origem”, principalmente entre os historiadores paulistas. Sem podermos avançar na discussão sobre os modelos interpretativos de nosso passado colonial, é importante apenas ressaltar que o debate entre Caio Prado Júnior e os intelectuais que defendiam a “tese feudal”, entre eles Alberto Passos Guimarães, passava por uma disputa sobre o passado do país, pois era na história colonial que buscavam alicerçar suas posições.

Em concordância com Carlos Maurício Fried da Silva, em importante balanço da obra de Caio Prado Jr sobre a questão agrária (2005), consideramos que a negação da existência da “classe camponesa” no Brasil no pensamento de Caio Prado Júnior já se encontra devidamente superado na historiografia, principalmente com as pesquisas que se desenvolveram inspiradas na idéia de “brecha camponesa” presente na obra de Ciro Cardoso e Jacob Gorender, demonstrando a existência de setores camponeses nos períodos colonial e imperial da história do Brasil¹¹, quando se desenvolveu novo modelo explicativo que se convencionou denominar de “modo de produção

¹¹ O Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense concentrou um grande número de trabalhos que percorreram essa trilha aberta por Ciro F. S. Cardoso. Nesse sentido, podemos destacar as pesquisas de Márcia Maria Menendes Motta, *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*, 1998; Hebe Mattos de Castro, *Ao Sul da História*, 1987; Sheila de Castro Faria, *Terra e Trabalho em Campos de Goitacases (1850-1920)*, 1986; entre outros, que, em grande medida, comprovaram empiricamente a existência dos camponeses na formação do Brasil.

colonial-escravista”¹².

Mas também é importante frisar, sobretudo em um balanço historiográfico, que a peremptória negação da existência de uma agricultura camponesa no Brasil sustentada por Caio Prado Júnior nos seus dois textos publicados na *Revista Brasiliense* nos anos de 1963 e 1964 não é encontrada nos seus artigos anteriores presentes nessa mesma revista. Antes, Caio Prado Júnior reconhecia a existência dos camponeses no Brasil e a importância da desconcentração da propriedade fundiária como política de reforma agrária para o país¹³. Mesmo nestes últimos textos, o reconhecimento, mesmo que indireto, da existência de um setor camponês pode ser percebido na importância que deu à reforma agrária entendida como parcelamento das grandes propriedades e posterior distribuição para os “trabalhadores sem terra”¹⁴.

Carlos Maurício Fried da Silva (2005) sustenta que o próprio raciocínio do autor se modificaria durante os anos. Nos principais artigos produzidos sobre a questão agrária, nos anos de 1960 e 1962, além de colocar como primeira tarefa da reforma agrária a desapropriação das grandes propriedades de terra e não a extensão da “legislação social-trabalhista” para os “trabalhadores rurais”, Caio Prado Júnior defendeu que uma maior oferta de terras criaria melhores condições para o desenvolvimento das lutas dos empregados rurais por melhor remuneração. Já nos textos produzidos nos anos de 1963 e 1964, defenderia o contrário, isto é, que a ampliação dos direitos trabalhistas para o campo levaria ao parcelamento da terra, já que a aplicação dessa legislação encareceria a mão-de-obra, exigindo, assim, dos grandes proprietários investimentos em tecnologia para compensar o aumento dos custos com aumento da produtividade¹⁵.

Como observamos, Caio Prado Júnior não ficou imune ao clima conturbado daqueles anos, produzindo interpretações divergentes de acordo com o avanço da conjuntura. O que, aliás, não deve ser entendido como nenhum demérito, mas sim como característica da

¹² Uma síntese interessante sobre essa discussão pode ser encontrada na introdução do livro de João Fragoso & Manolo Florentino, *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*, 1993.

¹³ Carlos Maurício Fried da Silva (2005) se refere ao uso do termo “servil” e à expressão “semifeudalismo” que aparecem em alguns momentos nos diferentes textos de Caio Prado Júnior produzidos no período pesquisado.

¹⁴ Caio Prado Jr. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, in *Revista Brasiliense*, n. 28, março-abril de 1960) e Nova Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil in *Revista Brasiliense*, n. 43, setembro-outubro de 1962.

¹⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 10.

evolução do pensamento social brasileiro ocorrida naqueles intensos anos das décadas de 1950 e 1960. Mesmo para além do circuito comunista, se pudermos resumir o ambiente intelectual e político de 1950 até 1968, poderíamos enxergar que, para a sociedade civil brasileira daquele momento, a questão agrária era um problema que deveria ser superado por um movimento nacional de transformação, mesmo sabendo dos rumos diversos que cada grupo (trabalhistas, comunistas, católicos, proprietários) imprimia a essas mudanças. Havia um consenso nacional no desejo de democratização interna, industrialização e justiça social, e isso marcava o paradigma da questão agrária naquele momento.

Mas, a partir do golpe militar, o debate sobre a questão agrária perdeu sua polarização e deixou de ser propriamente um debate. Isso porque a repressão às oposições políticas e a aplicação sem meios-termos do receituário da "modernização conservadora" no campo se tornou a proposta claramente vencedora. Isso gerou uma grande crise e forçou uma reestruturação das teses de esquerda, motivada pela tentativa de compreender, ou mensurar, os efeitos desta modernização para as classes sociais envolvidas no processo, e depois, revisitar as teses das décadas de 50 e 60 sobre a questão (PRADO JR, 1966).

De fato, o governo ditatorial implantado sabia bem a quem agradar e, já no final dos anos 70, o Estado tinha sido eficaz no aprofundamento das relações capitalistas no campo: aumento de produtividade e do mercado interno, internalização do D1 agrícola nos complexos agroindustriais, diferenciação do campesinato tradicional, criando uma situação bem diferente da que havia antes de 1950. Nestes anos, a concepção de Reforma Agrária em curso se tornou praticamente sinônima de "política de terras", e isso também se explica com o termo 'modernização conservadora': processo em que transformações na base técnica e econômica não tiveram correspondência nos planos social e político. Disso decorreram 'conseqüências perversas', dentre elas a expropriação de milhares de famílias por empresas capitalistas ou pela especulação fundiária das metrópoles em expansão, concentração das propriedades, disparidade das rendas, êxodo rural, aumento da exploração tanto dos empregados rurais quanto dos minifundistas, deterioração da qualidade de vida da população rural e do meio-ambiente (SILVA, 1996; STÉDILE, 1994; LEITE & PALMEIRA, 1998).

Neste contexto, começaram as discussões de alguns grupos de pesquisadores brasileiros, sobretudo antropólogos do Museu Nacional, sobre o problema específico do desenvolvimento capitalista aqui, onde a

modernização conservadora' se dera a revelia tanto de grupos de oposição política quanto de grande parte dos pesquisadores do tema. Estas mudanças no universo rural brasileiro eram fato social que tinha que ser mais bem entendido, e para isso foram buscados os conceitos e teorias já dados no cenário intelectual da época, marcadamente no campo do marxismo europeu. Dentre os trabalhos que começaram a ser produzidos aqui no início dos anos 70 sobre sistemas econômicos camponeses,

existiam os que buscavam compatibilizar reflexões sobre o sistema econômico camponês (feitas a partir dos neo-populistas russos) com o materialismo histórico, mas alguns só o tinham um relativo sucesso, pois tratava-se de esforço extremamente difícil e do qual surgiu a noção do modo de produção camponês (VELHO, 1979).

Concordamos aqui que o uso ou não do conceito de camponês para designar um tipo social no Brasil se relaciona com a subestimação (ou não) da penetração do capitalismo no campo levando à proletarianização rural; e também com a prioridade da pequena propriedade em projetos de reforma agrária, para saber se a reivindicação básica dos rurícolas é a posse da terra ou o aumento de salário. É essa problemática que dá o caráter extra acadêmico deste "debate agrarista", e suas profundas motivações políticas (VELHO, 1979).

É fundamental conhecer os trabalhos de José de Souza Martins como balizas deste debate, ele que se apresenta como o fundador da sociologia rural no Brasil. Professor da USP por quarenta anos, durante boa parte deste período se dedicou a pesquisar e pensar as transformações no mundo rural brasileiro, que, para ele, eram sintomáticas das características peculiares que assumiu o desenvolvimento capitalista no Brasil. Os novos conceitos criados por ele, somados à inversão das premissas com que tradicionalmente era tratado o mundo rural, fazem de sua obra um divisor de águas do "debate agrarista" brasileiro¹⁶.

¹⁶ É importante frisar que as obras de referência citadas na bibliografia não esgotam nem de longe o conjunto da produção de José de Souza Martins nem de suas reflexões, já que ele escreveu mais de 195 textos, entre livros e artigos publicados. Aqui se faz um recorte para um das fases de trabalho do autor, que versa sobre o "debate agrarista". Para os interessados na obra desse autor, há também uma tese e uma dissertação que versaram sobre este autor e discutiram suas balizas teóricas principais (Soto 2002 e Alves 2003), e uma entrevista concedida pelo próprio Martins para a revista Informe, no segundo semestre de 2004.

Analisando criticamente o que já havia sido produzido de conhecimento sobre o mundo rural brasileiro, Martins concluía que este era marcado por uma análise simplificada, onde predominavam análises evolucionistas e economicistas, preocupadas em explicar a sociedade brasileira sob a ótica de modelos europeus, ou a partir de categorias estranhas que não correspondiam à realidade social brasileira. Sua crítica estava baseada principalmente na existência de uma leitura ortodoxa do marxismo realizada por muitos autores no Brasil, amplamente dominante naqueles anos. A seu ver, as leituras “apressadas” das obras de Marx apresentavam uma sociedade que evoluía linearmente em modos de produção, como se o modo de produção fosse unicamente caracterizado pelo processo de trabalho. Essas análises desconsideravam o processo de exploração e as formas de dominação e sujeição, estas sim definidoras do modo de produção. Para essas teorias, a mesma mentalidade que regeria o capitalista urbano regeria o capitalista do mundo rural. Martins afirmava que estes equívocos, presentes em muitos estudos sobre o mundo rural, continuavam a separar aquilo que o capital já unificara, o rural e o urbano. Além disso, Martins ressaltava que essas teses careciam de pesquisas empíricas, de investigações teoricamente fundamentadas, “em que o pesquisador tem o domínio tanto do método de investigação quanto do método de explicação” (Martins 1986: 100).

Martins partia de algumas hipóteses principais para compreender a dinâmica do rural. Sua tese central é de que a complexidade do capitalismo no Brasil se expressa, no mundo rural, pelos diferentes ritmos e tempos deste desenvolvimento (Soto 2002: 105). Neste sentido, ele relativizava as teses de Marx em “O Capital” e se utilizava mais dos “*Grundrisse*” (1991), para provar que os modos de produção coexistem e se transformam em ritmos diferentes.

Para provar essa tese, Martins fez uma série de estudos empíricos na região da fronteira, ratificando que era possível a produção capitalista de relações não-capitalistas (Soto 2002: 106,144-146). Distinguiu os termos não-capitalista e pré-capitalista, abandonando esse último por estar este carregado de evolucionismo (Soto 2002: 144). Criticou os evolucionistas, dizendo que:

“nessa orientação teórica, a articulação e a subordinação substituem a noção de contradição e eliminam, portanto, as formas não-capitalistas de exploração do trabalho enquanto mediações determinadas pelo processo de reprodução ampliada do capital, de acumulação. Desse modo, a forma passa a ser o seu próprio conteúdo,

que aparece nas ilusões mecanicistas e evolucionistas como “restos” de modos de produção pré-capitalistas que serão varridos pelo desenvolvimento do capital que os subordina” (Martins 1984: 77 apud Alves 2002: 47).

Disse também que o capitalismo ao expandir-se redefinia e subordinava relações sociais não-capitalistas, mas também engendrava estas relações, igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Martins dava como exemplo disso a subordinação da renda da terra e do modo de produção camponês (Soto 2002: 145-6; 168). Concluindo que o capitalismo era uma totalidade inacabada, constituída de partes distintas em conflito, com incoerências e contradições, e que a reprodução das relações sociais implicava também a reprodução dessas contradições (Martins 1975; 1997; 1979; 1994).

A partir daí, Martins passou a estudar a funcionalidade contraditória de estruturas arcaicas, ou não-capitalistas, dentro do sistema capitalista brasileiro, que seriam necessárias para sua reprodução enquanto totalidade dialética, e não como simples reprodução de dualismos (Soto 2002: 91-95). Como objeto maior dessa pesquisa, Martins elegeu a cultura caipira, para provar que ela não está necessariamente em contradição com a modernização tecnológica e o desenvolvimento capitalista (Soto 2002; 82). Em “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975), ele defendeu que:

“a modernização da agricultura restringiu-se à adoção de práticas e de técnicas sem fazer com que as unidades de produção agrícolas adotassem uma racionalidade capitalista. Para ele, esta é a contradição fundamental. Em “A imigração e a crise do Brasil agrário” (1975) mostrou que o agrarismo rústico e o caipira são o fundamento do processo de industrialização e de formação do capitalismo no Brasil” (Soto 2002: 107-108).

Uma segunda hipótese importante de Martins é a de que os meios de vida têm importância histórica tanto na sociabilidade, quanto na solidariedade e reprodução social do homem do campo. Percebe-se aqui a influência dos textos de Lefebvre, do Marx de “A ideologia alemã” e de Antonio Candido sobre cotidiano (1977), onde estes defenderam que a historicidade do homem se constrói cotidianamente com os seus meios de vida. Para Martins,

“O que define a natureza de um processo não é seu resultado, mas o modo como foi obtido, isto é, o modo de produção do excedente econômico. No caso da escravidão, o resultado pode ser capitalista (na produção de mercadorias), mas o modo de obtê-lo não é.” (Martins 1997:96).

Por isso, ele postula que não dá para avaliar só o resultado, mas sim todo o processo social em si, porque só é possível dizer que o capital é progressista e o camponês é reacionário se se tem uma visão já teleológica e dogmática do processo de expropriação (Soto 2002:186). Segundo Martins,

“Seria pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim para ele, mas que é boa para a humanidade (...) pois é o que vai permitir o desenvolvimento do capital, daquele mesmo que o antagoniza patrocinando violências”. (Martins 1981:13 apud Soto 2002: 191-2)

Martins nesse sentido faz um esforço de relacionar processos microssociais com situações macrossociais, e dirige sua prática de pesquisa centralmente aos processos microssociais (Soto 2002: 96-97). Dessa forma, a maior parte da sua obra será preocupada com aspectos que muitos cientistas sociais considerariam como “menores”, pois não estão condicionados à análise das grandes estruturas e dos grandes processos, especialmente os econômicos. Na obra de Martins, é exatamente o “homem simples” e sua sociabilidade que revelam as grandes contradições de nosso tempo (Martins 2000: 12 apud Alves 2003: 26).

Uma outra opção de pesquisa de Martins foi estudar as particularidades do mundo rural - o atrasado, as vítimas, o anômalo e o marginal -- como forma de entender os limites e particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Martins discorda das teses de influência leninista que pregam o fim do campesinato no Brasil. Ele acha que o camponês é, ao mesmo tempo, resultado e necessidade do desenvolvimento capitalista brasileiro (Soto 2002: 35). Em seu balanço da obra de Martins, Soto afirma que:

“Para Martins, a existência de relações não-capitalistas e, por conseguinte, do campesinato no Brasil, está dada pelo movimento do capitalismo, que recria e subordina relações sociais não-capitalistas, portanto, é resultado do seu processo de ampliação e desenvolvimento” (Soto 2002: 258).

Por último, o autor defende que não são as relações de assalariamento que caracterizam o capitalismo no campo, mas sim a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda

capitalizada entre produtor e sociedade (Soto 2002: 124, 143; Martins 1975). Para ele, o campesinato surge na transição do trabalho escravo para o livre, com a lei de Terras de 1850 e a imigração estrangeira (Martins 1979). É a propriedade privada da terra que provoca as contradições sociais e crises no campo e dá origem à questão agrária. O movimento de expropriação, gerado pela penetração da propriedade privada capitalista, é o que dá início à questão agrária, pois gera migração para terras mais distantes, migração para as cidades ou resistências à expulsão (Soto 2002: 126-127).

Parte 3: E onde entra a história nessa história?

Ainda não nos detivemos no campo historiográfico. Que se passava por lá no período de crises e re-estruturações da ditadura militar? A historiografia marxista de viés althusseriano penetrou com toda força historiografia brasileira na década de 1970, carregando consigo tanto a tendência vanguardista de ditar as regras de certo e errado para as ações dos trabalhadores que estudava, quanto a prescrição das classes com e sem futuro. Para entender a conformação específica deste campo entendo que, se não grassava nestes meios uma produção teórica ufanista do capitalismo, mesmo assim ela compartilhava da mesma problemática da industrialização mundial e suas consequências. Em outras palavras, se a lógica do capitalismo era aceita como avassaladora na análise da historiografia (CUEVA, 1979), as estratégias dos trabalhadores também deveriam seguir às mesmas orientações das ditadas por Marx, quando este generalizou a partir da análise do operariado londrino as explicações sobre a possibilidade de revoluções socialistas em todo o mundo¹⁷.

Não é de se esperar outra coisa naquele contexto:

o Brasil e os demais países do terceiro mundo durante o século XX estavam fadados a "tirar o atraso", pensando e desenvolvendo políticas apoiadas em modelos externos de industrialização, de esquerda ou de direita (Hobsbawm, 1998: 15-16).

Na problemática das pesquisas acadêmicas, a industrialização era um ponto consensual que representaria o grau máximo de

¹⁷ Embora não se relacione diretamente com o que discutimos neste momento, vale a pena lembrar da ressalva de Tiago B. de Oliveira quando concluiu que "apesar de se alterar a hegemonia da história quanto aos seus personagens principais, colocando "os de baixo" em evidência, a historiografia do movimento operário reproduz velhos esquemas do poder político, econômico e intelectual que uma região "definidora de sentido" pudesse ter em relação às outras" (...) no caso, as análises do eixo Rio-São Paulo. (OLIVEIRA, 2001).

desenvolvimento humano. Pelos partidários do capitalismo era sinônimo de progresso, fartura e conforto jamais vivido e presenciado nestes anos dourados; para os seus críticos, era a etapa em que afloravam as contradições sociais, a luta de classes entre operariado e burguesia se explicitava e se construiu o socialismo. Para ambos os lados era consenso que o capitalismo imperialista transformou e continuaria transformando todas as regiões do globo. Algumas delas, mesmo mantendo lógicas internas diversas, nunca mais funcionariam como antes, numa tendência unívoca de estreitamento dos laços de dependência (IANNI, 1998).

Quando falamos antes que os primeiros estudos sobre trabalhadores no Brasil a contrapor a produção tradicional se inseriam na mesma problemática da industrialização mundial, isso teve como principal consequência teórico-política o fato de a classe operária ser privilegiada como o agente central -- ou mesmo único - da revolução. O movimento operário, para os setores acadêmicos ligados ao pensamento de esquerda, era a esperança de futuro e, conseqüentemente, deveria ser mais bem estudado no passado. Para tanto, este foi o foco privilegiado da resistência política no campo da historiografia, desde uma produção dita 'tradicional' -- ligada ao estudo das organizações formais de classe (sindicatos e partidos), das lideranças e das instâncias de dominação (a burguesia e o Estado) -- até os novos estudos que passam pela cultura operária, formação e cotidiano da classe (com clara influência da Nova Esquerda Inglesa) (PETERSEN, 1997; BATALHA, 1998: 151).

A isso se somou uma outra divisão 'costumeira' de campos acadêmicos em que à História, segundo novos critérios e metodologias de rigor e crítica, que se consolidavam naquele momento, caberia destrinchar "o mais antigo", visto como "o mais difícil" no trabalho de decodificação das fontes arquivísticas, algo que pudesse se submeter ao crivo metodológico que qualificaria a formação de historiador. Os estudos temporais mais recentes eram vistos como muito escorregadios... fontes arquivísticas escassas ou de acesso restrito levando a necessidade de "ir a campo", fazer entrevistas ou buscar novos meios alternativos aos arquivos, métodos estes que continuam sendo mais habituais às outras ciências sociais (HOBSBAWM, 1998).

Assim, a historiografia brasileira 'dos de baixo', ao priorizar o olhar para grupos sociais não dominantes nem determinantes, optou pelos caminhos que considerou melhores para elucidação de processos históricos e seus problemas teóricos: os escravos na colônia, os homens

livres e pobres no império e o proletariado urbano na primeira república. Estas vertentes são fruto de um amadurecimento muito benéfico do olhar que incidia sobre estes grupos sociais e dos métodos que os tratavam, graças à trajetória de debates internos ao campo historiográfico e às influências de outros campos disciplinares, sobretudo da antropologia (PEDROZA, 2003; NEGRO, 1997; SERNA & PONS, 1993).

Mas, ao mesmo tempo, enquanto a historiografia se encarregaria de pensar um passado com possibilidades de futuro, ou, em outras palavras, as origens do que (e de quem) construiria o futuro, ficou relegado à antropologia o estudo sobre grupos que "não fizessem diferença" no conflito com o capitalismo mundial (índios, bruxas, camponeses).

Pelas mesmas razões por que o camponês foi considerado marginal e residual na produção, a avaliação de suas representações e ações na análise política sempre foi minimizada. A minoridade conferida à ação política do camponês está presente em diversas tendências de interpretação sobre o meio rural brasileiro. É ilustrativo lembrar as análises que explicavam o comportamento político do camponês como patológico ou certas concepções da esquerda que julgam o camponês um indivíduo preso a ficções alienantes, cabendo aos ativistas a tarefa magistral de "ensiná-lo" (Moura, 1986: 52)

Seguindo o raciocínio de Margarida Maria Moura,

O uso abusivo e formalista de conceitos, como 'classe fundamental', por exemplo, tem servido, muitas vezes, para atribuir aos operários ideologias e práticas sociais que concretamente não desempenham, mas que utopicamente desejava-se que viessem a desempenhar (Moura, 1986: 53)

Portanto, a consequência destas concepções tem sido, freqüentemente, a glorificação do proletariado urbano (e às vezes também do rural) como classe redentora da ordem social injusta.

Antes de finalizar, é preciso ao menos registrar a influência dos trabalhos de Edward P. Thompson sobre os novos estudos historiográficos "dos de baixo", ao criticar as teorias consagradas e desmontar preconceitos macrológicos e ortodoxos recorrentes na historiografia até então (1981; 1998; 2001). Sobre o universo rural, a influência de Thompson serviu, por exemplo, para relativizarmos a generalização do modelo de ação das Ligas Camponesas para julgamento de todas as ações camponesas, e criticarmos a manutenção da dicotomia operários X camponeses. Mesmo entendendo que as cisões disciplinares fizeram com que Thompson fosse

apropriado diferentemente entre historiadores e sociólogos, sua contribuição para esses campos acadêmicos foi inegável para o alargamento dos objetos da história e sociologia do trabalho rumo a uma nova visão não institucional do processo político, que passa pela construção de identidades na luta de classes, e pela apreensão de que a resistência camponesa no Brasil é uma herança cultural. Mas o conjunto de trabalhos surgidos a partir destas novas preocupações já é tema para outro artigo.

Considerações finais

Espero ter conseguido percorrer com o/a leitor/a um pouco da trajetória histórica dos estudos sobre campesinato na historiografia brasileira. Mas este artigo tem muitas limitações. Dentro deste limite de páginas, seria muito difícil fazer uma discussão mais completa, das principais obras sobre o campesinato dos fisiocratas até toda a produção acadêmica atual. Por isso, o recorte necessário que fiz tentou pontuar as principais discussões sobre a “questão camponesa” dentro da historiografia de vertente marxista brasileira, com suas principais influências internacionais, inflexões políticas e alguns debates com outras escolas.

Essa linha-base exclui, deliberadamente, tanto os fisiocratas quanto todos os trabalhos que, baseados em referenciais teóricos mais diversificados, e atuais, já se colocam outros problemas que não as questões básicas pensadas pelos marxistas durante pelo menos um século (quais sejam, a extinção/diferenciação do campesinato pelo capitalismo). Busquei pontuar o início dessas mudanças em meados da década de 1970, com o início da discussão sobre o modo de produção escravista colonial e o novo papel dos homens livres e pobres na história.

A idéia era que esta “revisão de bibliografia contextualizada” pudesse explicar as razões das preferências da historiografia pela análise de outros grupos de trabalhadores que não o campesinato. A hipótese que aventei é de que, malgrado as origens comuns destes estudos em fins do século XIX, a ossatura já consolidada dos campos acadêmicos com o ressurgimento do interesse pelo tema, na década de 1960, fez com que os interesses e problemáticas da historiografia tivessem se distanciado deste recorte.

Por isso, nos dias de hoje, no debate sobre campesinato falta que os historiadores e historiadoras vejam que podem contribuir com o hábito de desnaturalizar o que parece dado desde sempre, pela busca de

articulação entre os diferentes fenômenos, pelo costume de pensar processos, integrando tempo e lugares diferentes (FONTES, 1998: 2). Se já nos atrasamos ou ignoramos este debate, considero este silenciamento uma falta grave. Primeiro, porque me parece considerar como “poeira da história” um campo tão crucial para nosso devir quanto o é a questão agrária nos países de terceiro mundo. Depois, porque algumas vezes já têm há muito nos alertado que em fatias acadêmicas o verdadeiro conhecimento nunca se dará, e não parece ser esse isolamento o caminho para qualquer proposta supradisciplinar de sucesso (SANTOS, 1989). Enfim, o campesinato precisa de reflexão histórica. Não de qualquer uma, mas daquela que

incorpora as diversas modalidades de explicação dos processos sociais, desde as dimensões mais abrangentes (estruturais ou psicologizantes) até as proposições mais pontuais, não se limitando a produção dos historiadores *stricto sensu* (...) Reflexão histórica pois, será tomada em seu sentido mais amplo, incorporando contribuições oriundas de diversas áreas (...)(FONTES, 1998: 2).

Deixo aqui a idéia, como instrumento de análise para a historiografia, que o campesinato passe e ser visto como processo, que se tece -- e destece -- nas experiências e relações sociais, para que se possa ser historicizado. E que também o processo histórico do qual faz parte seja percebido como não determinado *a priori* por nenhuma lei ou teoria geral, para que possam ser percebidas as complexas contradições e tensões geradas pela relação entre campesinato e capitalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. ANPOCS/HUCITEC: SP/RJ, 1998.
- ALVES, Juliete Miranda. *A obra de José de Souza Martins e a reforma agrária no Brasil: uma leitura sociológica*. PGDR/UFRGS. Dissertação de Mestrado: Porto Alegre, 2003.
- ARAÚJO, Maria Paula. A questão camponesa na teoria marxista clássica. in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. IN: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: (17/18), 2-5, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

- CARDOSO, Ciro, BOUZON, Emanuel, TUNES, Cássio. *Modo de Produção Asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARDOSO, Ciro. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1985.
- CARDOSO, Ciro. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: UnB, 1994.
- CHAYANOV, A. *The theory of peasant economy*. Homewood, III. Wisconsin: Irwin for American Economy Association, 1966.
- CHAYANOV, A.V. *The theory of peasant economy*. Homewood, Illinois, Richard D. Irwin Inc, 1966 (versão original de 1924).
- DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1962 (volumes I e II).
- DUGGETT, Michael. Marx y los campesinos. *FCE México*: Trimestre Político, ano 1, n. 4, abril/junho, 1976.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FONTES, Virginia. A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. In MENDONÇA & MOTTA (orgs) *Nações e Poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.
- FRIED DA SILVA, Carlos Mauricio. *Conflitos no Campo e Revolução no Brasil: imprensa e intelectuais comunistas (1954-1964)*. Niterói: PPGH/UFF, 2005.
- GALESKI, B. *Basic concepts of rural sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1972.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.
- INFORME, Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Entrevista para o número comemorativo dos 70 anos da Faculdade: José de Souza Martins, Número 14, São Paulo: Outubro/2004, p. 15-33.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-ômega, 1949.
- LEFEBVRE, Henri. *Du Rural à L'Urbain*. 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *La Présence et L'Absence (Contribution à la Théorie des représentations)*. Paris: Casterman, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologie de Marx*. 1966.
- LEITE & PALMEIRA. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas in COSTA & SANTOS. (orgs) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Sousa. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Sousa. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso (Ensaio de Sociologia da História Lenta)*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. (parte VII) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, Karl. *O Capital*, livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968-1983.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política in Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MEDEIROS, Leonilde. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- NEGRO, Antonio. *O fragmento como via de acesso à história social*. Diálogos: UEM, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Tiago B. *A parte pelo Todo: o nacional e o regional no movimento operário brasileiro*. PPGHIST/UFRGS: Porto Alegre, 2001 (não publicado).
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. in PAIVA, Vanilda (org) *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo; Loyola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. *Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões*. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ (mimeo), 1975.
- PEDROZA, Manoela. *Terra de Resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-68)*. Dissertação de mestrado. PPGHIST/UFRGS: Porto Alegre, 2003.
- PETERSEN, Silvia R. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Revista Anos 90*, n.8: Porto Alegre, dez/97.
- PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RABELO, Maria Aurora. *O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais*. História e Perspectivas: Uberlândia, (6) 1992.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.
- SERNA, Justo & PONS, Anacleto. El ojo de la aguja: de qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? In TORRES, Pedro (ed) *La Historiografía*. Madrid: Marcial Pons, 1993.

- SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos CEBRAP: Trabalho e dominação; número 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.
- SHANIN, Teodor. *The nature and logic of the peasant economy - 1: a generalisation*. In *The Journal of Peasant Studies*: Volume 1, Número 1, outubro, 1973.
- SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da Agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SOTO, William Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o 'mundo rural' no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- STÉDILE, João Pedro (coord) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio (org) Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, Edward P. *Formação da Classe Operária Inglesa I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.
- VELHO, Otávio. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

